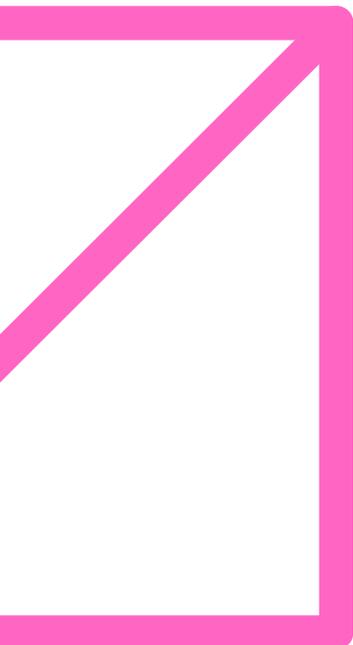


# Carta Aberta sobre a MP que altera a Política Nacional Aldir Blanc



O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, o Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados e a Rede Nacional de Gestores Municipais de Cultura manifestam surpresa e profunda preocupação com a publicação da Medida Provisória no 1.274, de 22 de novembro de 2024. Conforme divulgado pela imprensa, a MP, apresentada no contexto de ajustes fiscais e cortes orçamentários, gera incertezas sobre a plena execução dos recursos previstos na Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), não garantindo os repasses anuais de R\$ 3 bilhões para estados e municípios, mesmo que no texto esteja estabelecido o valor total destinado à lei.





A PNAB, concebida como uma política federativa para a cultura brasileira, tem os estados e municípios como entes fundamentais em sua formulação e execução. As alterações propostas pela MP e apresentadas de forma intempestiva, desconsiderando a prática de construção compartilhada com os entes executores, comprometem o planejamento local, instauram instabilidade e dificultam o repasse de recursos aos seus verdadeiros destinatários: os artistas e agentes culturais - aqueles que coordenam ações e projetos de impacto para a sociedade.

Os estados e municípios executaram as leis emergenciais em anos anteriores, haja vista os altos índices de execução da Lei Paulo Gustavo em todo o Brasil - dados apresentados pelo MinC. Porém, com a estruturação de um sistema de cultura ainda em processo, o primeiro ciclo da PNAB impôs significativos desafios ao governo federal, estados e municípios. Apesar de boa parte dos recursos ainda estarem nas contas, eles estão comprometidos em editais recém lançados ou por lançar, conforme compromisso apresentado no Plano Anual de Aplicação de Recursos por cada ente. Construção fruto de amplo processo de escuta da sociedade civil previsto na execução da PNAB.



A introdução de novas regras e prazos desalinhados com as realidades locais agravam esse cenário, ainda mais na operação de editais que naturalmente possuem ciclos longos para a sua plena execução.

Portanto, é imprescindível que o MinC lidere um planejamento de fato integrado, promovendo um diálogo efetivo e garantindo que a execução e destinação dos recursos sejam realizadas de forma qualificada.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, o Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados e a Rede Nacional de Gestores Municipais de Cultura reafirmam seu compromisso com o fortalecimento das políticas culturais no Brasil e se colocam à disposição para contribuir na construção de soluções que assegurem a continuidade da PNAB, bem como a valorização dos agentes culturais em todo o país.

***Fórum Nacional de Secretários  
e Dirigentes Estaduais de Cultura***

***Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura  
das Capitais e Municípios Associados***

***Rede Nacional de Gestores Municipais de Cultura***